

# **PERSPECTIVAS DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA: AFIRMAÇÃO OU SUPERAÇÃO DA HERANÇA IBÉRICA**

**Otavio Soares Dulci**

Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. Brasil.

O tema da herança ibérica tem sido recorrente na Sociologia brasileira desde suas formulações iniciais. Constitui, ademais, um dos eixos básicos em torno dos quais tem gravitado o pensamento social brasileiro ao longo do tempo. À primeira vista, tal interesse nada tem de surpreendente, uma vez que o Brasil foi explorado e povoado por Portugal: da península, a América Portuguesa recebeu as instituições, a língua, a religião e a cultura material, transplantadas em virtude da dominação colonial, valendo lembrar que durante a União Ibérica o Brasil esteve também sujeito aos reis de Espanha. No entanto, a um exame mais profundo, verifica-se que o tema da herança ibérica tendeu a ser encarado no Brasil como um problema, muito mais do que como dado inquestionável da formação do país.

Três grandes interrogações se têm apresentado à intelectualidade brasileira no que concerne às raízes ibéricas de seu país. Há, em primeiro lugar, grande divergência sobre o próprio conteúdo de tais raízes, divergência que se manifesta mesmo entre aqueles que enfatizam o transplante da cultura e das instituições portuguesas para o Brasil. Em segundo lugar, discute-se a respeito do grau em que o Brasil formou-se como uma sociedade “nova”, síntese original do encontro de três povos - o europeu, o africano e o ameríndio. Finalmente, há avaliações bastante diferentes a respeito das consequências civilizatórias, positivas ou negativas, do legado ibérico para a América Latina (e aí não se está falando mais apenas de Portugal, mas da cultura peninsular como um todo, cuja expressão dominante é a Espanha).

Este último aspecto é o que interessa mais de perto à presente comunicação. Serão destacados os principais ângulos de interpretação da referida herança no pensamento social brasileiro, analisando-se a relação entre eles e os contextos político-ideológicos em que emergiram.

\* \* \*

Numa visão geral, pode-se dizer que a intelectualidade latino-americana sempre oscilou entre três perspectivas a respeito da formação das sociedades do continente e dos ideais civilizatórios que elas deviam buscar.

Uma seria a perspectiva iberista, que confere grande importância ao processo de transposição da cultura peninsular para o Novo Mundo, tanto para explicar as características sociais e políticas das sociedades latino-americanas, quanto para justificar (ou valorizar) as suas singularidades em face da Europa e da América do Norte. Os fundamentos da identidade latino-americana estariam na “opção ibérica” de ingresso no mundo moderno, como Richard Morse a designa em seu *O Espelho de Próspero*<sup>1</sup>, marcada pelo compromisso entre tradição e razão, levando a resultado distinto daquele que prevaleceu na outra parte da América em função da rota inglesa para a modernidade. Nesse sentido, Ibero-América e Anglo-América seriam dois universos culturais dialeticamente contrapostos.

A segunda adota como modelo precisamente a “opção anglo-americana”. Essa posição americanista debita o atraso do continente à herança ibérica e considera que somente pela superação deste legado é que as sociedades latino-americanas podem efetivamente civilizar-se nos moldes ocidentais. Aos traços iberistas - o holismo, o catolicismo, o centralismo, o estatismo - opõe como ideais o individualismo, a ética aquisitiva, o liberalismo, o federalismo (ou o municipalismo toquevilliano de *A Democracia na América*).<sup>2</sup>

A terceira seria uma perspectiva autonomista, orientada para a busca de um caminho próprio, “indígena” por assim dizer, para enfrentar os problemas das sociedades latino-americanas. A herança ibérica é rejeitada enquanto marca do passado colonial e matriz de velhas modalidades de opressão que se perpetuam no tempo. A solução americanista é igualmente rejeitada como artificial, exótica à realidade local e como fonte de opressões de novo tipo, eventualmente mais indesejáveis do que as da ordem tradicional.

Assim sugeridos esquematicamente, os três modelos constituem tipos ideais cujas expressões concretas, em correntes, autores e obras de cada país e de cada época, apresentaram múltiplas variações, às vezes combinando elementos de mais de uma perspectiva, outras vezes partindo de uma para che-

gar a outra, e assim por diante. De toda maneira, esse esquema de idéias nos ajudará a situar a questão da herança ibérica no pensamento social brasileiro.

\* \* \*

O primeiro momento de construção do pensamento social brasileiro foi profundamente marcado pela perspectiva iberista. Trata-se do meio século posterior à independência do país, ou seja, dos anos 20 aos 70 do século XIX. A filosofia predominante nesse período foi o Ecletismo, e não por acaso: era, certamente, a mais adequada às circunstâncias sociais e políticas da nova nação. Como se sabe, a independência do Brasil, diferentemente da de outros países latino-americanos, resultou de um compromisso pelo qual os laços com Portugal seriam desfeitos, mas quase tudo o mais permaneceria como antes. O Brasil já era, desde 1815, Reino Unido a Portugal, e em 1822 tornou-se independente, mas governado pela mesma Casa de Bragança. O catolicismo se manteve como religião de Estado e o regime monárquico que se instituiu, ainda que adaptado aos novos ventos constitucionais, guardava muitas das feições da velha ordem colonial. O sistema escravista e a estrutura latifundiária foram por ele mantidos e garantidos, como expressão de um outro arranjo, entre a elite político-burocrática da Corte e os senhores rurais, em torno do qual se estabeleceu o pacto de origem da nação.

A esse projeto essencialmente conciliatório o Ecletismo servia como uma luva, dada a sua pretensão de somar a filosofia tradicional e as idéias modernas, advindas da Ilustração. Ora, esse esforço de síntese havia sido a marca principal do "compromisso ibérico" (cf. Morse) pelo qual a Espanha vinha reelaborando o seu Ancien Régime à luz de novas fórmulas intelectuais, num processo gradativo que remontava ao Renascimento. Portugal, mais lateralmente, viveu também essa evolução, que atingiu seu ponto alto sob o governo do Marquês de Pombal, no século XVIII. A absorção seletiva do Iluminismo dentro da ordem absolutista - nisso consistia o programa de "despotismo esclarecido" de Pombal - representou para os brasileiros ilustrados do fim da era colonial (quase todos formados na Europa, principalmente em Coimbra) uma abertura para a modernidade dentro dos limites da tradição. Foi essa geração que orientou o processo de independência do Brasil e construiu suas primeiras instituições políticas.

Assim, a herança que foi conservada no Brasil após a independência foi a de um iberismo modernizado nos termos do compromisso aludido. Era, além disso, um iberismo pragmático, instrumental, apto a encaminhar o processo de construção da nova nação. Como observou José Murilo de Carvalho, a elite política do Império admirava a Inglaterra e outros países

européus como padrões avançados de civilização, mas era ambígua no tocante à absorção desses padrões ao Brasil.<sup>3</sup> Por diversos motivos, entre os quais o da garantia da escravidão e o da supressão de separatismos (para evitar o que havia ocorrido na América Espanhola), o modelo de Estado que prevaleceu sob o Império era essencialmente ibérico - holista, unitário, centralizador. Assim também a ideologia da elite oficial.

Dado o tamanho do país e a heterogeneidade de suas regiões, surtos de americanismo despontaram, principalmente nas primeiras décadas do Império, relacionados com o tema da descentralização do poder. No limite, levaram a revoltas separatistas, sem no entanto lograr êxito. As aspirações federalistas só retornaram com força no final do século, e em circunstâncias novas que levaram o Império a se esgotar como fórmula política.

Por volta de 1870, tem início uma fase que alguns historiadores das idéias designam por Ilustração Bras

ileira, e que se estendeu até fins da Primeira Guerra Mundial. Embora haja controvérsia sobre essa periodização, o importante a considerar é que nesse meio século o ambiente intelectual brasileiro passou a absorver de maneira crescente o espírito científico reinante na Europa. Os processos de secularização e de racionalização do pensamento, até então represados pelos controles da ordem social monárquica e da ortodoxia católica, extravasam desses controles e vão abalar fortemente o apreço pela herança ibérica. Esta, em nome do "progresso", seria impugnada e substituída por um novo paradigma civilizatório.

Para essa mudança, foi estratégica a introdução do positivismo, não somente como filosofia da ciência mas principalmente como movimento intelectual de forte impacto político. Os positivistas estiveram entre os maiores propagandistas da República, da separação entre a Igreja e o Estado, do sistema federativo, da imigração européia e de outras bandeiras modernizantes que estiveram em pauta nos estertores do Império. A influência positivista sobre os militares brasileiros foi enorme e neles forjou uma mentalidade vanguardista de que lhes cabia promover a Ordem e o Progresso (em versão recente, a Segurança e o Desenvolvimento) da nação em face de elites civis irresponsáveis e de uma massa incivilizada. Foram os militares os agentes da queda do Império em 1889. Mas o seu jacobinismo não prevaleceu. Logo a oligarquia rural dominaria a República, à qual havia dado apoio movida por objetivos mais pragmáticos, entre os quais sobressaía o de implantar o sistema federativo. Na verdade, os grandes proprietários eram mais federalistas do que republicanos, e encaravam a queda do Império como necessária para chegar à Federação, não como progresso em direção à res publica ou à civilização científica sonhada pelos positivistas. Essa pressão federalista, por sua vez,

pouco tinha a ver com a democracia e muito com os deslocamentos da economia. O café já era, então, o eixo da economia brasileira e com a queda do Império passou a sê-lo também da política, em virtude da sólida influência dos estados mais ricos e populosos sobre o governo central. Ademais, com a abolição da escravatura (1888) o centralismo do Império havia se tornado inútil para a classe dominante rural.

As instituições da Primeira República (1889-1930) foram manifestamente inspiradas no modelo norte-americano. As províncias se tornaram estados, o país passou a se chamar Estados Unidos do Brasil e o presidencialismo foi introduzido como sistema de governo. Do ponto de vista institucional, portanto, essa inflexão americanista representava uma ruptura com a tradição ibérica. No entanto, o substrato social foi conservado intacto, principalmente no que se refere à questão da posse e uso da terra, que foi deliberadamente ignorada quando da abolição da escravatura e continuou fora da agenda durante todo o tempo. Um paradoxo: instituições americanistas justapostas a uma sociedade constituída sobre bases inteiramente distintas das da Anglo-América. Esse paradoxo não escaparia à crítica arguta de analistas atentos à importância da herança ibérica na formação da sociedade brasileira.

No plano das idéias, o período que vai de 1870 a 1920 assinalou-se pelo predomínio doutrinário do positivismo e pela disseminação crescente de uma ideologia cientificista que levou a uma rejeição ainda maior das raízes ibéricas. Um dos dogmas científicos mais em voga no Brasil dessa época era o chamado racismo científico, que, somando-se ao prestígio das teorias de determinismo geográfico, imprimiu nas elites uma leitura profundamente pessimista sobre o país. Sociedade multi-racial, com alto índice de miscigenação, e situada nos trópicos, segundo essa leitura o Brasil não possuía nenhuma das condições "naturais" para alcançar o nível das nações genuinamente civilizadas. Tanto mais que a porção branca da população se originava do Sul da Europa, sendo "naturalmente" inferior aos arianos do Norte, com o agravante do sangue semita (mouro e judeu) que corre nas veias do português como nas do espanhol.

Impressionam ao leitor de hoje os juízos implacáveis da ciência de cem anos atrás, tendo em vista as bases precárias com que tais juízos eram emitidos. No entanto, eram idéias correntes, divulgadas em textos de cunho científico. A essa altura, já encontramos em cena um embrião de ciência social no Brasil. Não era ainda uma ciência social acadêmica, pois esta surgiria somente nos anos 30, com a fundação dos primeiros núcleos universitários de Sociologia e de Antropologia. Os primeiros cultores das ciências sociais eram profissionais de outras áreas - juristas, médicos, pedagogos - que incorporavam a seus trabalhos as teorias e os resultados empíricos da Sociologia e da

Antropologia européias. A Antropologia, sobretudo, inspirou os intelectuais brasileiros da passagem do século, com a sua marca evolucionista de origem.

O mimetismo dos intelectuais brasileiros não os impediu, porém, de vislumbrar uma saída para os obstáculos que impediam o progresso de seu país. Essa saída consistiu na teoria do branqueamento. Projetava-se para o início do século XXI a transformação do Brasil em uma população quase totalmente branca como resultado de dois fatores: de um lado, a imigração intensiva de europeus (proibindo-se a de africanos e asiáticos); de outro lado, o incremento da miscigenação entre brancos, negros e índios. Como a raça branca era considerada naturalmente superior, o processo de miscigenação - que datava dos primeiros tempos da colonização portuguesa - levaria à extinção gradual das outras duas, com a vantagem de evitar pacificamente as tensões inter-raciais tão dramáticas em países análogos como os Estados Unidos.<sup>4</sup>

Nesse sentido, contornavam-se os rígidos princípios do racismo científico para adaptá-los às contingências de um país acentuadamente mestiço. As teorias estrangeiras eram copiadas, mas de forma original, como observou Lília Schwarcz em análise atraente do tema.<sup>5</sup> Além disso, a aplicação dessas teorias à realidade provocava resultados inesperados, como se observa na obra mais famosa dos primórdios da ciência social brasileira: *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, publicado em 1903. Seu tema é a Campanha de Canudos, a luta das tropas governamentais contra um reduto de camponeses do paupérrimo sertão do Nordeste, supostamente rebelados contra o regime republicano sob a liderança de um chefe messiânico, Antônio Conselheiro. O livro é estruturado nos estritos cânones da ciência da época, não fosse o autor um engenheiro de extração positivista. A primeira parte, "A Terra", é uma descrição extremamente técnica do ambiente físico. A segunda parte, "O Homem", é uma caracterização do habitante do sertão inspirada na Antropologia racial em voga. Finalmente, a terceira parte, "A Luta", é um relato da história do movimento e de seu extermínio (em 1897). Ao relatar os fatos, as teorias precedentes sobre a inferioridade - racial, cultural, moral - dos rebelados são profundamente desmentidas pelo próprio autor, que não disfarça a admiração pela sua bravura e termina com uma vigorosa denúncia do genocídio promovido pelas autoridades - brancas, educadas, "civilizadas".

O conteúdo contraditório de *Os Sertões* anunciava de certo modo uma mudança de paradigma. Outra obra, logo em seguida, investia de vez contra as idéias reinantes. Trata-se de *América Latina: males de origem*, de Manoel Bomfim. Antecipando uma perspectiva autonomista que ainda não obtinha quase nenhuma aceitação, a análise de Bomfim demorou a ser conhecida de um público mais amplo e ainda está por ser devidamente valoriza-

da. Seu objeto é a América Latina, o que era novidade num país como o Brasil, acostumado a ignorar os povos vizinhos. Seu tema, o atraso do continente, pelo qual responsabiliza a mentalidade parasitária dos colonizadores ibéricos. O ataque à herança ibérica é contundente, mas não menos contundente é a denúncia da ideologia ocidentalista contemporânea, que procurava impor aos latino-americanos um sentimento renovado de inferioridade por causa de sua origem étnica e de suas deficiências econômicas, educacionais, etc. Para ele, os povos europeus estavam querendo acrescentar o insulto (a discriminação do presente) à injúria (a colonização predatória do passado).

Em 1905, essas idéias não encontravam eco. Um pouco mais tarde, em 1914, foram retomadas em tom mais brando por Alberto Torres em *O Problema Nacional Brasileiro*, obra que deu origem a uma corrente de pensamento nacionalista preocupada em recompor as instituições políticas brasileiras de acordo com a realidade social e cultural do país. Foi essa uma vertente muito importante do pensamento social e político brasileiro, que teve em Oliveira Vianna, discípulo de Torres, o seu principal expoente. O alvo comum a Torres e a Vianna era o artificialismo do regime republicano copiado do modelo norte-americano. Para superá-lo, era preciso construir um projeto nacional ancorado na vida real. Vianna, em grande número de estudos, entre os quais se destaca o clássico *Instituições Políticas Brasileiras* (de 1949), procurou fundamentar esse projeto com base na Sociologia, na Ciência Política e no Direito. E nessa démarche deu grande relevo à herança ibérica como base da cultura política que se havia formado no Brasil desde a era colonial. Não se tratava, para ele, de retornar aos ideais iberistas. Reconhecia como válido o paradigma liberal-democrático dos americanistas, porém este somente poderia ser alcançado por meio de uma evolução gradativa que partisse das raízes iberistas, nunca por meio de uma fabricação institucional elitista, dissociada da história e dos costumes do povo.<sup>6</sup>

Dessa linha de análise derivou toda uma gama de análises sobre as origens da vida política brasileira que retornava à história de Portugal para encontrar de novo o Brasil. Há, nesse terreno, grande controvérsia na literatura, tipificada na antinomia entre privatismo e estatismo como traços predominantes da ordem política portuguesa que teriam sido transplantados para a colônia. Oliveira Vianna era decididamente pela tese de que o Brasil colonial era um espaço dominado por interesses privados, que quase não possuía cultura cívica; portanto, era preciso construir a polis brasileira pela ação de um Estado forte e organizador da sociedade. A tese oposta encontrou sua expressão mais conhecida em Raymundo Faoro<sup>7</sup>, para o qual Portugal era uma monarquia basicamente patrimonialista na época das Grandes Navegações, tendo implantado no Brasil um sistema administrativo burocrá-

tico e centralizado que se reproduziu ao longo do tempo. O problema, nesse caso, seria o oposto: reduzir o espaço do Estado para dar vida à sociedade civil. Essa controvérsia, por certo, permanece sob novas facetas, como no atual debate sobre a reforma do Estado.

O resgate do tema da herança ibérica não se restringiu ao aspecto político. Foi efetuado também no plano da cultura, mas combinado ao longo do século XX com uma perspectiva crescentemente autonomista por parte dos intelectuais brasileiros. Esse autonomismo foi impulsionado por uma sequência de eventos relevantes, a começar do surgimento, em 1922, do movimento Modernista na literatura e nas artes, constituindo um ponto de ruptura com a heteronomia da cultura brasileira. Houve toda uma tendência para reencontrar a identidade nacional, e essa tendência se espraiou para os estudos históricos e sociais. Adiante, houve a Grande Depressão, que desestruturou a economia agro-exportadora, gerando um processo de introversão econômica, de “crescimento para dentro”, calcado na substituição de importações. Uma das sequelas da crise foi a queda da oligarquia cafeeira com a Revolução de 1930, que marcou o abandono das instituições “americanistas” e a abertura de uma fase politicamente instável, culminando em 1937 numa ditadura corporativista e nacionalista, o Estado Novo, cujos contornos iberistas, aliás, não seriam difíceis de identificar.

Tudo isso coincidiu com um intenso fluxo de idéias novas. Entre estas, o reaparecimento do tema do legado ibérico sob uma ótica culturalista, principalmente na obra de Gilberto Freyre. Seu primeiro estudo, *Casa Grande e Senzala*, lançado em 1933, obteve repercussão imediata por uma série de razões: pela graça do estilo, pela fusão de abordagens (História Social, Sociologia, Antropologia, Psicologia Social), pela novidade das fontes empíricas e finalmente pela reviravolta analítica que provocava na tradição sociológica brasileira. Freyre, discípulo de Franz Boas em Columbia, abandona o conceito de raça em favor do novo conceito de cultura e, por esse caminho, examina a contribuição interativa das três matrizes étnicas (a portuguesa, a africana e a indígena) à formação sócio-cultural do Brasil. A herança ibérica, em particular, é exaltada como o principal alicerce para o desenvolvimento de uma civilização original nos trópicos - o luso-tropicalismo, objeto de estudos posteriores do autor.

Se Oliveira Vianna havia revisitado a herança ibérica na sua dimensão pública, política, Gilberto Freyre o fez na esfera da vida privada. Foi, sem dúvida, um precursor das correntes historiográficas dedicadas ao estudo do mundo privado.<sup>8</sup> Esse sentido inovador de seu trabalho conferiu-lhe grande prestígio: foi o cientista social brasileiro mais conhecido e homenageado no exterior.



O mesmo não aconteceu dentro do Brasil, onde era muito conhecido mas não tão homenageado. A obra de Freyre foi construída paralelamente ao desenvolvimento da Sociologia acadêmica, mas inteiramente fora desta. Manteve-se à margem, em seu reduto nordestino do Recife, até falecer em 1987. Este estranhamento mútuo entre Freyre e o resto dos cientistas sociais brasileiros tinha relação com o fato de que a sua obra se situava em crescente desacordo com os rumos da intelectualidade acadêmica em meados do século. Exclusivamente voltado para a investigação da vida privada, Freyre desconsiderava deliberadamente o arcabouço estrutural dos fenômenos que estudava, o que conferia às suas análises um acento conservador e, para muitos críticos, até mesmo reacionário. O melhor exemplo disso residia em sua abordagem da escravidão, que, vista como interação entre pessoas nas fazendas ou nas casas da aristocracia, adquiria um aspecto humano de intercâmbio entre etnias que se atraíam mutuamente.

Ora, enquanto isso, a mainstream da ciência social brasileira se voltava de maneira crescente para a evolução econômica do país, para a estratificação social e para as relações raciais em sua conexão com a estrutura de classes. Todos eram temas relacionados com as raízes coloniais, mas desenvolvidos numa perspectiva autonomista. Sob influência do nacionalismo, por um lado, e do marxismo, por outro, as ciências sociais brasileiras caminharam decididamente para uma análise crítica do passado que envolvia tanto o colonialismo originário quanto o neo-colonialismo “americanista”. Os anos 50 e 60 foram o apogeu de uma abordagem dualista, no Brasil como em toda a América Latina, substanciada pelas teorias da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, da ONU), que preconizava o desenvolvimento industrial autônomo como única via de progresso para o continente. Expressão brasileira dessa abordagem foi a doutrina do nacional-desenvolvimentismo, construída sobre proposições das várias ciências sociais por intelectuais como os integrantes do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), um centro semi-governamental de estudos fundado no Rio de Janeiro em 1955 sob a liderança de Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré e outros expoentes do “nacionalismo científico”. Versão radical dessa posição é a de Guerreiro Ramos, para o qual a autonomia deveria ser buscada no plano da própria elaboração científica: A Redução Sociológica, sua obra mais importante, contém exposição detalhada de um programa de adaptação dos princípios universais da ciência às realidades de cada contexto nacional. O objetivo, por certo, era o de gerar uma prática científica comprometida com o ideal da emancipação nacional.

O golpe militar-empresarial de 1964 virtualmente suprimiu esse movimento intelectual, não só porque perseguiu os seus mentores, mas também

porque tornou obsoleta a abordagem dualista. A questão do desenvolvimento nacional tinha que ser reelaborada à luz de uma realidade, evidenciada pelo caráter do golpe, de integração crescente do país no circuito capitalista. A teoria do desenvolvimento dependente, surgida na segunda metade dos anos 60, tratava de efetuar tal reelaboração. Sua formulação mais conhecida é a de Cardoso e Faletto<sup>9</sup>, mas é nos trabalhos de Florestan Fernandes<sup>10</sup> que se encontra a sua versão mais acabada. Fernandes constrói uma análise histórico-comparativa da formação do Brasil (mas generalizável para toda a América Latina) nos marcos de um sistema global. Ao fazê-lo, revê o colonialismo ibérico como um empreendimento situado no contexto de evolução do capitalismo como um todo, do qual também a Espanha e Portugal dependiam a seu modo. A “opção ibérica” reaparece aqui mesclada a um liberalismo (“americanismo”) seletivo como via para uma modalidade de revolução burguesa peculiar às circunstâncias do desenvolvimento dependente: a construção lenta e gradual de uma ordem burguesa por meio de sucessivas “contra-revoluções preventivas”, sucessivas soluções de compromisso entre o velho e o novo à maneira do Gattopardo de Lampedusa.

Esta análise de Fernandes constitui uma contribuição de primeira linha à Sociologia Histórica, empreendida paralelamente às de Barrington Moore Jr. e Reinhard Bendix (os dois patriarcas desse ramo da Sociologia) sobre o mesmo objeto - a “revolução pelo alto”. Se Fernandes está correto em sua visão do processo, a conjuntura atual do Brasil constituiria um novo momento contra-revolucionário de realização de uma revolução burguesa que vem evoluindo lentamente desde a Independência. Momento de inserção acelerada do Brasil no circuito da globalização, sob a égide do Consenso de Washington (ou seja, de um americanismo atualizado e universalizado). O paradoxo é que esse novo movimento de integração tem como principal condutor precisamente Fernando Henrique Cardoso, seu aluno mais brilhante e co-autor da própria teoria. Bom assunto para o perceptivo Richard Morse, com a sua imensa simpatia pelos caminhos e descaminhos da América Latina.

## NOTAS

- 1 Richard M. Morse. *O Espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- 2 Em estudo recente, Luiz Werneck Vianna, a propósito do contraste entre iberismo e americanismo, chama a atenção para o caráter peculiar de que este último se revestiu, tanto no Brasil quanto na Argentina: consistia em prescrições de reformas de cima para baixo, tais como a introdução de imigrantes europeus e a educação (técnica) do povo, ignorando o tema do livre acesso à terra e outros ítems estratégicos para uma trajetória liberal-democrática nos moldes norte-americanos. Cf. Vianna, "Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos". *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 34 (2), 1991. Cabe observar que talvez a aplicação mais concreta desse "americanismo" seletivo tenha se dado no México, sob Porfirio Díaz (ou, quem sabe, também sob Carlos Salinas).
- 3 José Murilo de Carvalho. *Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988, cap. 4.
- 4 Sobre isso, v. Thomas E. Skidmore. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, cap. 2.
- 5 Lília Moritz Schwarcz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- 6 O tratamento dado por Oliveira Vianna à antinomia iberismo/americanismo é minuciosamente analisado por Luiz Werneck Vianna, *op. cit.*
- 7 Raymundo Faoro. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre: Globo, 1958.
- 8 Seu segundo livro, *A Casa e a Rua*, de 1936, talvez seja mais expressivo e mais brilhante do que o primeiro como história da vida privada nos termos da historiografia contemporânea.
- 9 Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- 10 Principalmente *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2a. ed., 1972; e *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.